



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, não armada, para o prédio que abriga os Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, sendo 01 (um) posto diurno de 8 (oito) horas, atuando de segunda a sexta-feira, no horário de atendimento ao público dos referidos cartórios.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Implementar a segurança no Cartório Eleitoral de Joinville/SC, por meio de vigilância presencial desarmada, atuando concomitantemente com a vigilância eletrônica já disponível nos respectivos Cartórios.

2.2. Objetivos e Benefícios

Os serviços visam garantir a segurança, com proteção de todo o patrimônio móvel e imóvel, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.

2.3. Alinhamento Estratégico

OERS3

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares estão juntados ao PAE n. 55.478/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, devendo ser 01 (um) posto de 08 (oito) horas diurnas de segunda à sexta-feira.

Havendo necessidade, poderão ser contratados serviços adicionais sob demanda, em caráter temporário. O horário sugerido é das 12h às 20h, a critério das chefias dos respectivos cartórios eleitorais.

2.6. Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, não armada, para o prédio que sedia os Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, sendo 01 (um) posto diurno de 8 (oito) horas, atuando de segunda a sexta-feira, no horário de atendimento ao público dos referidos cartórios, a combinar com os chefes dos respectivos cartórios.

Os serviços a serem prestados são de natureza contínua, estendendo-se por mais de um exercício, respeitando-se o tempo legal de vigência permitida pela Lei de Licitações.

2.9. Serviços Adicionais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O Contratante poderá solicitar a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes, conforme tabela abaixo, os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados, e, ainda, em horários noturnos.

Esses serviços serão requisitados à Contratada pela gestão do contrato observando-se, sempre que possível, a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

PACOTE	ATIVIDADE	HORA
PACOTE 1	VIGILÂNCIA	1 HORA
PACOTE 2	VIGILÂNCIA	1 DIA (8 HORAS)

2.10. Parcelamento e Adjudicação

Não há possibilidade de parcelamento do objeto, por se tratar de item único (indivisível).

2.11. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado pelo menor preço e conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo Contratante.

2.11.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação;

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentada na forma da lei;

c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

d) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;

e) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);

e.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;

e.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e

f) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “d” acima apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório.

2.11.2. Critérios de Preferência e de Desempate



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Verifica-se que o objeto pretendido é oferecido por diversas empresas no mercado e apresenta características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o serviço é comum, justificando, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

2.13. Impacto Ambiental

Não serão necessárias adequações do ambiente.

2.14. Conformidade Técnica

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

2.15. Obrigações da Proponente

Os proponentes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica ao local de prestação dos serviços, mediante agendamento prévio junto ao Chefe da Seção de Segurança e Transportes pelo e-mail cis-sst@tre-sc.jus.br, que consultará os Chefes dos Cartórios Eleitorais de Joinville/SC para verificação da disponibilidade.

2.16. Obrigações da Contratante

2.16.1. Promover, através do seu representante, os Chefes dos Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, em conjunto ou separadamente, ou seus substitutos, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

2.16.2. Disponibilizar instalações sanitárias e local para vestiários;

2.16.3. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no procedimento de contratação.

2.17. Obrigações da Contratada

2.17.1. executar os serviços de acordo com o previsto no projeto básico, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA as despesas diretas e indiretas com encargos sociais, fiscais, previdenciários, trabalhistas, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos empregados no desempenho dos serviços, principalmente advindos de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

2.17.2. cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

2.17.3. comprovar, dentro de 5 (cinco) dias, após a assinatura do contrato, a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através dos certificados de aprovação em curso de vigilante, expedidos por entidades devidamente autorizadas pelo Ministério da Justiça, por seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal;

2.17.4. selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais que possuam atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

2.17.5. responder por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao CONTRATANTE e pelo ressarcimento ou reposição de bens patrimoniais desaparecidos ou danificados pertencentes a este Tribunal, sempre que verificado o nexo de causalidade entre o vício do serviço e o dano;

2.17.6. prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação dos postos sem interrupção, seja por motivo de licença, descanso semanal, greve, falta ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina serviço, demissão de empregados ou afastamentos a qualquer título, devendo os substitutos se apresentarem no



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

local de trabalho no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a partir do surgimento da necessidade de reposição;

2.17.7. substituir, sempre que exigido pelo Contratante e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

2.17.8. indicar, mediante declaração, no mais tardar, no 1º dia de prestação dos serviços, os prepostos, aceitos pela fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, n. do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

2.17.8.1. o nome dos prepostos (e dos respectivos substitutos eventuais) poderá recair sobre funcionário da força tarefa que executará os serviços contratados;

2.17.8.2. o(s) preposto(s) supracitado(s) deverá(ão) assumir a responsabilidade dos serviços, até o seu recebimento definitivo, e deter poderes para deliberar sobre qualquer determinação da Gestão ou Fiscalização que se torne necessária. Caberá à Contratada estipular os horários em que seus funcionários atuarão como prepostos, a fim de evitar a ocorrência simultânea dessa função;

2.17.8.3. os prepostos à disposição do TRESC, serão mantidos pela empresa às suas expensas, devendo permanecer no local da execução dos serviços durante todo o expediente, sem ônus para o TRESC;

2.17.9. ocorrendo previsão de substituição de um vigilante por período igual ou superior a 10 (dez) dias, comunicar ao gestor do contrato e encaminhar com antecedência de 1 (um) plantão, o substituto para cumprir escala integral com o titular do posto, com a finalidade de conhecer as rotinas de trabalho;

2.17.10. manter no posto do Contratante, em local visível, listagem atualizada com os números dos telefones da Polícia Militar, da Delegacia de Polícia da Região e do Corpo de Bombeiros, bem como dos responsáveis da Contratada e Contratante, e outros que achar necessário;

2.17.11. iniciar o contrato fornecendo à equipe de vigilância os itens com as características abaixo descritas (todos sem uso), desde o primeiro dia de trabalho, substituindo-os sempre que necessário ou conforme cronograma, remetendo-se, exceto para crachás, os respectivos recibos assinados pelos vigilantes ao fiscal do contrato, em até 5 (cinco dias) do início dos serviços;

Item	Por vigilante	Periodicidade de substituição (a contar do início da prestação dos serviços)
Boné ou quepe	1 (um)	1 (um) ano
Camisa manga curta	2 (duas)	6 (seis) meses
Camisa manga longa	2 (duas)	6 (seis) meses
Gravata	2 (duas)	1 (um) ano
Jaqueta	2 (duas)	1 (um) ano
Calça	2 (duas)	6 (seis) meses
Calçados	1 (um) par	6 (seis) meses
Crachá	1 (um)	6 (seis) meses (art. 33, §2º, Decreto 89.056/83)
Meias	2 (duas)	6 (seis) meses
Cinto	1 (um)	6 (seis) meses
Capa de Chuva	1 (uma)	1 (um) ano

Materiais
Livros de ocorrência
Material de expediente
Cassetetes e porta-cassetetes
Lanternas a bateria de 6V ou 4 pilhas grandes, com foco de longo alcance
Baterias e/ou pilhas reservas para as lanternas
Aparelhos de radiotransmissores para comunicação, com respectivas baterias e carregadores



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 (uma) bateria reserva para cada radiotransmissor
Demais equipamentos e acessórios obrigatórios de acordo com a norma vigente

2.17.12. implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante e uma segurança efetiva, devendo efetuar fiscalizações, no mínimo 20 (vinte) dias por mês no local, em datas e horários variados, ou conforme requerido pelo Contratante, devendo registrar em livro próprio e de maneira clara, o nome do fiscal, a data e horário em que se fez presente;

2.17.13. comprovar, sempre que solicitado pelo Contratante, o cumprimento de suas obrigações;

2.17.14. respeitar as normas e procedimentos estabelecidos pelo Contratante;

2.17.15. relatar à Administração qualquer irregularidade verificada nas instalações onde houver a prestação dos serviços;

2.17.16. não subcontratar os serviços objeto desta contratação; e

2.17.17. iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Segurança e Transportes do Contratante.

2.18. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, não armada, para o prédio que sedia os Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, sendo 01 (um) posto diurno de 8 (oito) horas, atuando de segunda a sexta-feira, no horário de atendimento ao público dos referidos cartórios, a combinar com os chefes dos respectivos cartórios.

Local da prestação dos serviços: Cartórios Eleitorais de Joinville/SC situados na Rua Jaguaruna, n. 38, Centro, Joinville/SC.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

23507

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de agosto de 2024, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 02 de dezembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a gestão do contrato dos serviços de vigilância presencial desarmada deverá ser efetuado pelos Chefes dos Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, ou seus substitutos.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

Após a assinatura, para dar início à execução do ajuste, o Tribunal promoverá reunião com a Contratada e os Chefes de Cartório, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento das obrigações contratuais. Os Chefes de Cartório ou seus substitutos, ficarão responsáveis pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo e eventuais ocorrências que comprometam o atendimento dos serviços.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A prestação dos serviços será no prédio que abriga os Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, situado na Rua Jaguaruna, 38, Centro, Joinville/SC.

O horário da prestação dos serviços de vigilância acompanhará o horário de atendimento ao público dos Cartórios, devendo ser combinado com os respectivos Chefes de Cartório.

A execução dos serviços compreende o controle de acesso das pessoas, controle de saída e entrada de bens e pessoas na realização de serviços, apoio na segurança aos servidores, colaboradores e público atendido pelos Cartórios Eleitorais e controle do acesso para utilização do estacionamento.

Os serviços devem ser prestados com disciplina, presteza, cordialidade, assiduidade e pontualidade, e, principalmente, com qualidade no atendimento e na realização das atividades relacionadas neste projeto básico.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação de pacotes de serviços adicionais e de acompanhamento e avaliação dos serviços, o TRESC valer-se-á de encaminhamentos de e-mails e realização de telefonemas para a Contratada.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Responderá pelo acompanhamento e a gestão do contrato dos serviços de vigilância presencial desarmada os chefes dos Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, em conjunto ou separadamente.

Os gestores manterão controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

Após a averiguação do cumprimento das obrigações previstas no instrumento contratual, os serviços serão recebidos provisória e definitivamente, pelos gestores do contrato.

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será realizado em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Dentro de 5 (cinco) dias, após a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através dos certificados de aprovação em curso de vigilante, expedidos por entidades devidamente autorizadas pelo Ministério da Justiça, por seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não substituição em tempo hábil do profissional que se ausente do serviço por licença ou férias; que se porte de modo inadequado	MÉDIA	Por ocorrência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2	Não execução, suspensão ou interrupção, total ou parcial, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, dos serviços contratuais.	MÉDIA	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
3	Transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	MÉDIA	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
4	Destruição ou dano de bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	GRAVE	Por ocorrência.
5	Não manutenção da atualização da documentação de habilitação.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 1.11.2.1.4.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “d” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PLANO DE TRABALHO

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, não armada, para o prédio que sedia os Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, sendo 01 (um) posto diurno de 8h (oito horas), atuando de segunda a sexta-feira, no horário de atendimento ao público dos referidos cartórios, a combinar com os chefes dos respectivos cartórios.

2. Equipe de Planejamento

Integrante Demandante	Moosele Josué Meira
Substituto	Renato Silva de Almeida
Integrante Técnico	Moosele Josué Meira
Substituto	Renato Silva de Almeida
Integrante Administrativo	Carlos Ruas de Araújo
Substituto	Eduardo Cardoso

3. Necessidade / Motivação

Implementar a segurança nos Cartórios Eleitorais.

4. Justificativa

No prédio que sedia os Cartórios Eleitorais de Joinville/SC, estão localizadas as cinco Zonas Eleitorais do município e todas realizando atendimento externo, os quais demandam um controle rígido de acesso de pessoas.

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina não possui efetivo de servidores da Especialidade Segurança, em número suficiente para atender a esta demanda, o que torna necessária a contratação dos serviços de vigilância presencial.

A contratação deste serviço é necessária para proteger todo o patrimônio móvel e imóvel do TRESC, além de garantir um ambiente de trabalho seguro, preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.

O prédio embora conte com sistema de monitoramento por CFTV, acaba ficando vulnerável durante o horário de expediente, período em que o sistema é desativado. A contratação de um posto de vigilância não armada irá contribuir para a manutenção da ordem local e na construção de um ambiente seguro para o desempenho das atividades da Justiça eleitoral.

Esta equipe entende que a vigilância presencial, não armada, é o que melhor atende às necessidades apontadas, nesse momento.

5. Valor estimado

O valor orçado no Plano Anual de Contratações para o ano de 2022 para o item relativo à vigilância ostensiva é de R\$ 1.330.064,00.

Apenas como parâmetro consideramos o valor mensal estimado para este contrato, qual seja, R\$ 6.744,00.

6. Demanda prevista e quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, devendo ser 01 (um) posto de 08 (oito) horas diurnas, de segunda à sexta-feira.

Havendo necessidade, poderão ser contratados serviços adicionais sob demanda, em caráter temporário.

O horário sugerido é das 12h às 20h, a critério das chefias dos respectivos cartórios eleitorais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

7. Resultados e benefícios esperados

Os serviços visam garantir a segurança, com proteção de todo o patrimônio móvel e imóvel, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.